

A sociedade civilizada

Por Antonio Delfim Netto

Valor Econômico, 10.6.2014

O desenvolvimento econômico parece exigir um Estado forte.

O que seria uma sociedade "civilizada"? Talvez possamos resumir-la numa organização social onde os homens: 1) escolhem livremente a sua atividade; 2) organizam-se para proporcionar a todos crescente igualdade de oportunidades; e 3) criam as condições para produzir a sua subsistência material com menor tempo de trabalho, o que lhes deixa progressivamente mais tempo para realizar sua humanidade. A natureza não criou o homem para trabalhar: fê-lo para que ele se maravilhasse com ela!

Qual é a base física que eventualmente sustentaria a construção dessa sociedade? É o que se chama de desenvolvimento econômico e que os economistas tentam decifrar. Aprenderam que ele é extremamente complexo, não necessariamente linear e é sujeito a "emergências" não previsíveis, que podem interrompê-lo. Apesar disso talvez seja possível entendê-lo e intuir suas complicações e contradições, com um modelo puramente mecânico, como o do gráfico que anexamos.

Nele, temos a população (N), da qual se extrai a força de trabalho (L) e o estoque de capital da sociedade (K). O capital (K) é todo o trabalho acumulado do passado. Trabalho "morto", cristalizado nos bens físicos que participam do processo produtivo: infraestrutura, energia, equipamentos etc. Ele aumenta a produtividade do trabalho "vivo".

No gráfico, a força de trabalho (L) interage com o estoque de capital (K), porque existe uma ligação entre a habilidade e o conhecimento do trabalhador e a quantidade e qualidade de capital de que ele dispõe. A combinação mais eficiente que maximiza o resultado físico (PIB) é um problema técnico. É resolvido pelo funcionamento do mercado, que estabelece os preços relativos.

O resultado final da combinação de L com K é filtrado na ecologia do meio social (A) onde se realiza o processo produtivo: se instituições amigáveis; se é estável, se respeita a propriedade, se dá liberdade na formação dos preços relativos etc.

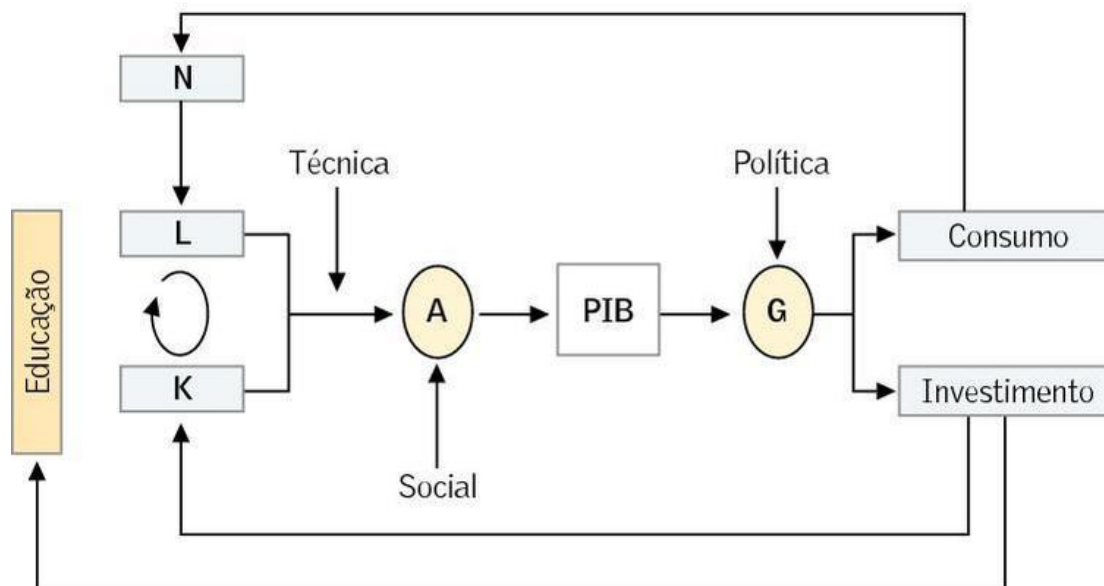
Uma vez produzido o PIB, sua divisão entre consumo e investimento é um processo político (G), resolvido pela força, nos regimes autoritários, ou pelas urnas, com o sufrágio universal nas democracias. Nos dois regimes, o papel do sistema de preços relativos é compatibilizar quantitativa e qualitativamente a demanda de bens e serviços diversificados da população (N) com a oferta desses mesmos bens (PIB).

O sistema se fecha sobre si mesmo: o consumo retorna à população (N) e o investimento recompõe (aumenta ou diminui) o capital usado na produção. Qual é a dinâmica do processo? Chamemos o PIB de (Y). O PIB per capita será $(Y)/(N)$ = (Y/N) . Então, $(Y/N) = (Y/L)(L/N)$, ou seja, o PIB per capita da população será

igual à produtividade da força de trabalho (que depende de K/L), multiplicada pela "participação" da força de trabalho na população total (L/N).

A mecânica do sistema econômico

Complicações e contradições do desenvolvimento



Elaboração: Ideias Consultoria

Essa não é uma variável puramente econômica, mas é sensível à qualidade do próprio ambiente (A). A taxa de crescimento do PIB per capita é igual à taxa de crescimento do PIB por trabalhador, que é função crescente da relação K/L , somada à variação da taxa de participação da força de trabalho na população, que vamos supor nula.

Com essa simplificação o PIB por trabalhador (Y/L) - que é igual à do PIB per capita - é o resultado conjunto da qualidade do ambiente econômico (A) com uma função crescente da relação (K/L), que vamos escrever $[(K/L)]$. O PIB total será $(Y) = (A) \times [(K/L)] \times (L)$.

É evidente que quando (L) está próximo do pleno emprego, a única forma de fazer o PIB crescer é melhorar o ambiente econômico (A), além de fazer o estoque de capital crescer, aumentando o volume dos investimentos que depende de decisões políticas (G).

A dinâmica do crescimento depende, portanto, do ambiente produtivo (A) e do nível de investimento. Para crescer, quando se está perto do pleno emprego, é inútil tentar estimular o consumo. É preciso que o estoque de capital (K) cresça mais depressa do que a força de trabalho (L), o que significa que o volume de investimento em capital físico deve cobrir a depreciação do capital, deixar um resíduo para o investimento líquido com novas tecnologias e aumentar o capital humano pela educação para operá-lo.

O modelo sugere que um maior crescimento com melhor qualidade depende de intervenção política capaz de harmonizar a desejada distribuição para ampliar o consumo, com o não menos fundamental aumento do nível de investimento. O desenvolvimento econômico que suporta a construção do processo "civilizatório" parece exigir um Estado forte, constitucionalmente limitado, que arbitra uma distribuição adequada, e é capaz de criar um ambiente confortável em que a necessária regulação dos mercados não impeça o seu bom funcionamento.